DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 2427/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/14266/2015
PROTOCOLO	: 1618296
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO
ORDEN. DE DESPESAS	: LEONEL LEMOS DE SOUZA BRITO
CARGO DO ORDENADOR	: EX-PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 121/2015
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO
CONTRATADA	: ENZO VEÍCULOS LTDA.
PROCED. LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N.º 32/2015
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
VALOR DA CONTRATAÇÃO	: 169.000,00

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

Versam os presentes autos sobre o Contrato Administrativo n.º 121/2015, celebrado pela **Prefeitura Municipal de Bonito** e ***Enzo Veículos LTDA.***, objetivando a aquisição de veículos automotores (carro e motocicleta) zero km, como viaturas caracterizadas com pinturas e equipamentos para modernização e reestruturação da Guarda Municipal de Bonito/MS, com valor contratual no montante de R$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais).

Destaca-se que o procedimento licitatório, Pregão Presencial sob o n.º 32/2015, foi julgado regular e legal através do **Acórdão AC02 – G.MJMS – 1819/2015** (processo TC/MS 14250/2015). No mesmo sentido fora julgada a formalização do Contrato Administrativo n.º 121/2015, por meio do **Acórdão AC02 – 641/2017** (pp. 31/33).

Nesta fase processual objetiva-se analisar a regularidade da execução financeira da reportada contratação pública (3ª fase).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria, por meio da sua Análise ANA – 6ICE – 3517/2018 (pp. 81/85), e o ilustre representante Ministerial, por meio do seu Parecer PAR – 3ª PRC – 4687/2018 (pp. 86/87), se manifestaram opinando pela ***regularidade*** e ***legalidade*** da execução do Contrato Administrativo n.º 121/2015 (3ª fase).

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É O RELATÓRIO.

Extrai-se do feito que a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria e o Ministério Público de Contas foram unânimes em se manifestar pela regularidade da execução financeira do contrato administrativo (3ª fase).

De fato, a liquidação da despesa, cujo resumo segue abaixo, exibe com clareza a similitude do total de notas de empenho válidas e total de pagamentos, demonstrando, assim, sua regularidade:

VALOR DO CONTRATO	R$	169.000,00
TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO EMITIDAS	R$	169.000,00
TOTAL DE COMPROVANTES DESPESAS EMITIDOS	R$	169.000,00
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R$	169.000,00

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de**:**

1) Declarar a ***regularidade*** da execução financeira do Contrato Administrativo n.º 121/2015 **(3ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso III, também da Resolução Normativa n.º 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

2) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2018.

MARCIO MONTEIRO
RELATOR

JPF